**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL, ANO 2026.**

Aos dezoito dias de junho de dois mil e vinte e seis, as 08h00min, auditório do Bloco Administrativo (Térreo) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, Cidade Universitária, Castelo Branco, João Pessoa - Paraíba, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do CBH-LS, para tratar da seguinte pauta**: 1. Abertura; 2. Informes; 3. Aprovação da Ata da reunião anterior; 4. Mesa Redonda e Debate – Eventos Extremos e Segurança Hídrica nas Bacias Hidrográficas do Litoral Sul (o caso das cheias recentes ocorridas em maio de 2026); 5. Palavra Facultada; 6. Encerramento; 7. Capacitação: Monitoramento, Geração de Índices e Diagnóstico da Qualidade da Água – UFPB:** Após a verificação de quórum**,** a **Sra. Ana Cristina Sousa da Silva, Presidente do CBH-LS,** abriu a reunião, agradeceu as presenças inclusive aos palestrantes UFPB, Defesa Civil, SEMAS e AESA, ressaltou que a reunião visa promover conhecimento e avaliação das ações desenvolvidas. Leu a pauta e passou ao **item 2. Informes** – A Sra. Maraci de Sousa Virgolino, Subgerente de Gestão Participativa da AESA informou sobre o Processo Eleitoral para a Renovação dos Membros do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul, gestão 2026 - 2029. **Item 3 - Aprovação da ata da reunião anterior -** a mesma foi aprovada, com abstenção de dois membros por não terem participado da reunião; o Sr. Ivanildo Santana Duarte e a Sra. Ana Claudia Ferreira da Silva e passou ao **Item 4. Mesa Redonda e Debate – sobre Eventos Extremos e Segurança Hídrica nas Bacias Hidrográficas do Litoral Sul (o caso das cheias recentes ocorridas em maio de 2026**) - o **Professor Hamílcar José Almeida Filgueira** - docente e pesquisador do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UFPB. Ele atua principalmente nas áreas de Engenharia de Água e Solo, Saneamento Ambiental, Vulnerabilidade a Secas e Desastres Ambientais, o **Sr. João Pedro Chaves da Silva Rodrigues,** Gerente de Operação de Mananciais e de Segurança de Barragens da AESA e o **Sr. Isaac Soares** – Gerente de Análises de Risco e Prevenção da Defesa Civil do Estado da Paraíba. O **Sr. João Pedro** iniciou as discussões falando sobre a atuação da AESA sobre segurança de barragem e disse que a nova Resolução de Segurança de Barragem de 2025, traz atualizações feita pela a AESA tanto quanto a inspeções de segurança de barragem quanto obrigações do empreendedor, o ponto importante dessa regulamentação é que antes a obrigatoriedade a

nível global o empreendedor paga a inspeção de segurança que vai fazer a classificação global da barragem, colocando a área, matriz anomalia. Hoje tem o detalhamento da anomalia muitas vezes com erosão que poderia ser uma carga relevante além da média para a classificação da barragem. Anualmente tem uma lista de barragem pré definida, a AESA junto com a Gerência de Fiscalização e a Gerência Regional do Litoral que é quem fiscaliza essas duas bacias Abiaí e Gramame e órgãos empreendedores solicitando que seja feita essa inspeção justamente para que a fiscalização possa ir ao local para ver e ter o controle se essas barragens estão adequadas ou se precisam de uma intervenção maior do empreendedor. A AESA tem grande dificuldade com os empreendedores privados, talvez esse seja o maior gargalo, porque eles não têm uma resposta tão rápida quanto é preciso, de 2025 até 2026 tiveram 10 empreendedores que não responderam, a gerência de fiscalização continua contando com as ferramentas de fiscalização, inicia com a regional fazendo a fiscalização depois a advertência e a partir da advertência a equipe de fiscalização comunica-se por escrito. Tem cerca de dez a quinze bacias caminhando para esse ponto não é objetivo da equipe tomar essas medidas mais que tenha segurança. Tem as linhas chamadas Plano de Ação de Fiscalização Anual. Voltando ao evento climatológico acima da média a exemplo de Pedras de Fogo tem a média anual de chuva que é de 1.340 milímetros, em uma semana choveu cerca de 16.500 milímetros, em uma noite foi 190 milímetros, imagine uma barragem, um vertedouro que foi inspecionado no passado e que não houve resposta, muitas vezes pode não extravasar o que é em excesso, isso aconteceu em barragem do rio Paraíba. Na questão do Gramame teve uma Comunidade que ficou alagada e chegaram diversos comunicados/denúncias e foram identificados diversos barramentos particulares e que o proprietário aumentou o volume de modo emergencial. A AESA notificou para que fosse apresentado relatório de causa e efeito. Para quem tem barragem que rompeu, tem prazo para apresentar a AESA, porque a barragem se rompeu e qual foi o resultado do rompimento se causou danos a terceiros, apresentar relatório com estimativa do que causou. Voltando para a Bacia Abiaí, a AESA fez a fiscalização e não identificou rompimento na bacia, mas chegou informação de que as chuvas intensas causaram o rompimento de um açude ou barragem particular nas proximidades da **PB-032 (**Gramame e Pedras de Fogo). Os técnicos da AESA ao chegaram no ponto em questão identificaram que o grande problema é que há dois anos atrás as chuvas, formou uma erosão com a falta de

calhas, essa água desse último evento extremo não teve direcionamento, teve um problema na drenagem da APP e provocou aquela erosão de forma absurda, mas não teve danos que comprometesse a estrutura, teve erosão no maciço e no vertedouro que chegou a levar parte do asfalto. Em contato com o DER, porque a equipe que foi realizar o serviço não conhecia a barragem, o rio, nem o vertedouro e não pode mexer no maciço da barragem, fez a drenagem de todas as calhas, foi feito, vai ser iniciado agora a parte de recomposição e as camadas do asfalto. Finalizada a apresentação foi falado da importância na mudança da Lei de Segurança de Barragem quanto a questão da anomalia, como um simples buraquinho de formiga pode comprometer a estrutura na avaliação geral não era levado em consideração outro ponto foi a construção dos vertedouros que só vertia uma vez por ano, hoje verte quando tem a questão climáticas, muitas vezes o vertedor fica negligenciado , tomado com vegetação e quando vem um evento extremo desse, aquele vertedor está comprometido e não só fazer o maciço de cima, mas o entorno com foi visto o exemplo da barragem Embura, já citado. **O Sr. José Marinho de Lima**, representante da SEDAP, referindo-se a esses 10 empreendedores/proprietários de barragem na região do Litoral Sul, que estão sujeitos a sofrerem multas, mesmo com esses eventos extremos de abril a maio/2026. Esses empreendedores estão convictos que certamente provocou esse problema por excesso de chuva ou transbordamento de uma barragem do Estado. Ainda questionou se o Estado também está sujeito a sofrer essas consequências de danos ou multas cobrado pela a AESA. **O Sr. João Pedro** disse que esses 52 proprietários de barragem que em 2025 os empreendedores receberam notificação para apresentar relatório de segurança a AESA, nesse relatório constava se a barragem tem erosão, vegetação, se as comportas estão operantes, se o vertedouro está obstruído e etc. então desse universo de 52 proprietários dez não responderam. Esses dez, este ano 2026, dependendo do limite estão pendentes de contenção, o rompimento de uma barragem pequena pode causar dano social e ambiental. A AESA também fiscaliza as barragens do Estado e etc. dependendo da conservação da barragem ela entra no programa de recuperação pela SEIRH - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Recursos Hídricos e as vezes entra em programa de manutenção em parceria com a AESA. O **Sr. José Marinho**, para entender melhor, no caso do evento extremo, não foi responsabilidade do proprietário da barragem o transbordamento que provocou danos a quem estava a jusante da bacia. O **Sr. João Pedro** disse que mesmo sendo

um evento extremo o proprietário está sujeito a sansão da AESA, porque muitos deles não requereram licença para a construção da Barragem, e estão sem as devidas precauções de segurança. O **Sr. Ivanildo Santana Duarte (1º Secretario do CBH-LS)** disse que no baixo Gramame, recebeu várias demandas perguntando o que estava acontecendo, fez contato com a AESA porque as barragens ativas as comportas, na comunidade de Mituaçu houve um alagamento e perguntou se existe um plano de compensação para quem perdeu tudo. A senhora Ana Cristina perguntou se a barragem de Gramame também era suficiente para segurar as cheias a jusante, e o sr. Pedro respondeu que a infraestrutura da barragem não fica comprometida, mas ela não segura determinas cheias a jusante. E o aumento da barragem poderia gerar conflitos sobre a ocupação do solo ao redor da barragem. **O Sr. Isaac Soares** (Defesa Civil) respondeu, com relação a reparação dos danos causados as pessoas que foram atingidas as Defesas Civis municipais se comunicam com as Defesas municipais, estaduais e nacional. No momento são 36 com municípios em situação de emergência decretados e reconhecido pelo Governo Federal: 31 municípios decretado pelo governo do Estado mais três deles pediram reconhecimento independente. O Estado solicitou ao governo federal uma ajuda financeira. Então vai chegar colchões, lençóis, travesseiros, kits higiênicos e etc., foi liberado um pouco mais de seis milhões para atender esses 28 municípios os demais pediram independente o processo será feito através de licitação e será feito contatos com as secretarias de assistência social desses municípios para ver a necessidade de cada um e fazer a distribuição. Além dessa ajuda humanitária tem a parte de reparação de danos nas estradas vicinais e PBs. A Secretaria de infraestrutura está fazendo esforço junto ao governo federal para reconstrução de passagem molhadas nos municípios que não conseguiram fazer sozinho, já tiveram recurso deferido Itabaiana, Pilar e Juarez Távora. Também tem um programa de habitações, porém só são recuperadas as residências regularizadas as não regularizadas as Prefeituras ainda não sabem como fazer, qualquer dúvida a Defesa Civil orienta como proceder, por exemplo Bayeux fez por conta própria porque já teve um treinamento. Continuando o **Professor Amílcar José** iniciou sua apresentação contextualizando desastres relacionados com fenômenos naturais: água demais ou água de menos os problemas mais recorrentes. Estudos já realizados pela UFPB, visando a Gestão para a Redução de Risco a Desastres (RRD). João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, tem Área: 210,044 km2 (IBGE, 2023), com 833.932 habitantes (IBGE, 2022),

Pluviosidade média anual de 1.685,3 mm em 2024, Estudos Realizados pela UFPB, Plano de Saneamento Básico de João Pessoa, 2015 foram detectados na zona urbana: 98 pontos de alagamento, 15 pontos de inundação, 44 pontos de movimentação de massa. Frequência dos tipos de problemas de Sistema de Macrodrenagem (SMiD): Falta ou deficiência de manutenção nas estruturas do SMiD (sarjeta obstruída com vegetação ou lixo, boca de lobo obstruída com lixo ou vegetação, galeria entupida com lixo ou assoreada, estrutura de descarga no rio obstruída com lixo ou vegetação, outros problemas de manutenção". Sistema de drenagem subdimensionado." Exemplos de problemas relativos a: alagamentos Problemas de alagamentos no cruzamento da Av. Pedro II com a Av. Coremas, Centro, João Pessoa, PB, apesar da existência de SMiD, em destaque. Problemas de alagamentos no cruzamento da Av. Doze de Outubro com a Av. Alberto de Brito, Jaguaribe, João Pessoa, PB. Exemplos de problemas relativos a: inundação Ponto de inundação na R. Antônio Silva Melo (ponte sobre o rio Jaguaribe), Jaguaribe/Rangel, João Pessoa, PB. Animal e resíduos sólidos em destaque no leito do rio. Exemplos de problemas relativos a: movimento de massa, Área propensa a movimento de massa na Comunidade Santa Clara – bairro, Castelo Branco, zona Leste, agravada pela disposição inadequada de resíduos sólidos. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), Dissertações, PIBICs, sugere Ações de Contingência ou Preventivas a serem desenvolvidas pelo Poder Público Municipal Fazer com que a redução do risco de desastres (RRD) seja uma prioridade; 1 Mapeamento e delineamento de áreas vulneráveis ao risco de desastres relacionados com alagamento, inundação, movimentação de massa e outras ameaças, de natureza natural, humana ou tecnológica, que possam afetar a sua população residente; 2. Criação de sistemas de alerta e difusão de notícias em áreas onde a população se encontra altamente vulnerável às ameaças que podem desencadear um desastre iminente; 3. Operacionalizar inspeções periódicas nos sistemas de micro e macrodrenagem, esgotamento sanitário e coleta e disposição dos resíduos sólidos, bem como, registrar o histórico das manutenções. Ações de contingência/emergência para os SMiMaD e movimento de massa; 1. Realizar manutenção das estruturas componentes dos SMiMaD; 2. Aumentar o trabalho de educação ambiental para a conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem; 3. Melhorar a coleta de lixo nas localidades onde há problemas de disposição indevida de resíduos sólidos; 4. Formular planos de evacuação para as populações localizadas em áreas propensas a risco de desastres relacionados com

fenômenos naturais; 5. Promover a capacitação e o treinamento da população, para as fases pré, durante e pós desastre, por meio de palestras, cursos de curta duração e simulado. Continuando passou-se ao **Item 5 - Palavra Facultada** – A **Sra. Ana Cristina** colocou que houve várias discussões e esclarecimentos. O Sr. Isaac Soares – Gerente de Análises de Risco e Prevenção da Defesa Civil Estadual falou um pouco de como a Defesa Civil funciona já que o Professor Amílcar já falou muito bem da função da Defesa Civil e todas as recomendações fazem parte das ações da Defesa Civil. A Defesa Civil é um sistema que trabalha integrado que trabalha com todos os órgãos DER, SEMAS, Secretaria de Agricultura trabalha de forma coordenada com todos. De forma básica a Defesa Civil trabalha em cinco eixo, preparação, mitigação, prevenção, resposta e recuperação. a preparação, mitigação, prevenção são três eixos trabalhados do desastre acontecer, trabalha na normalidade para que os municípios ou a população em si se preparar para um possível desastre. Focando nesse último desastre que aconteceu no início de maio 2026 as providências que estão sendo tomadas. A Defesa Civil recebe alerta diariamente de pluviometria da AESA e quando é algo de dimensão maior recebe alerta do INMET, CEMADEM e da AESA que faz a previsão diária e se tiver um volume de chuva maior a AESA lança um aviso meteorológico o INMET e CEMADEM também e a Defesa Civil divulga para as 15 regionais do Estado e para os respectivos coordenadores municipais tomem as devidas providências. Enquanto Estado não pode atender tudo de um só vez, mas atende conforme as demandas. A população pode entrar no site do INMET, da AESA que tem todas as informações. O principal sobre monitoramento de alerta é recebido da AESA e do CIMADEM e a Defesa Civil envia para as regionais. O principal é a preparação da equipe o que ainda não se consegue nos municípios ser de forma efetiva. Isto está em Lei que todo município tem que ter a Defesa Civil, ninguém faz, quando acontece o desastre fica todos de mãos atadas porque não tem a preparação. Continuando passou ao **Item 6. Encerramento** - momento em que a **Sra. Ana Cristina Presidente do CBH-LS,** agradeceu aos palestrantes e demais convidados, encerrou a reunião e eu, **Ivanildo Santana Duarte 1º Secretário Geral do CBH-LS**, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será anexada a lista dos presentes. A partir deste momento passou ao **item 7 - Capacitação sobre o tema Monitoramento, Geração de Índice e Diagnóstico da Qualidade de Água ministrado pelo Sr. José Vinícius Tavares de Santana, mestrando da UFPB**. A Aplicação do Índice de Impacto Ambiental e Nascentes — IIAN: por que avaliar nascentes. As nascentes são responsáveis

pelo início da rede de drenagem das bacias hidrográficas; são áreas altamente sensíveis às alterações no uso e ocupação do solo; a degradação dessas áreas pode comprometer a qualidade e a disponibilidade da água; o monitoramento auxilia na identificação de impactos ambientais e na tomada de decisões; o IIAN é uma metodologia de avaliação macroscópica de nascentes proposta por Gomes et al. (2005); permite diagnosticar rapidamente as condições ambientais da nascente e do seu entorno; baseia-se na observação direta de parâmetros físicos e ambientais em campo; não requer análises laboratoriais ou equipamentos especializados; os resultados são expressos por meio de uma pontuação final; a classificação indica o grau de conservação ambiental da nascente. A conservação das nascentes é fundamental para a segurança hídrica das bacias. Equipamentos e materiais necessários, Computador para processamento dos dados e elaboração dos produtos cartográficos; Software QGIS para análise espacial e identificação preliminar das nascentes; Modelo Digital de Elevação (MDE) e bases cartográficas da área de estudo; GPS ou smartphone para localização dos pontos em campo; câmera fotográfica ou celular para registro das condições ambientais; ficha de campo do IIAN para avaliação e classificação das nascentes. Identificação preliminar em SIG; os modelos digitais de elevação permitem identificar áreas com potencial de surgência hídrica; A direção e a acumulação de fluxo auxiliam na localização das cabeceiras de drenagem; o processamento hidrológico possibilita a extração automática da rede de drenagem; o uso do SIG reduz tempo e custos das atividades de campo; seleção dos pontos para visita: priorização das áreas identificadas em SIG; avaliação da acessibilidade dos locais; verificação das condições de acesso; distribuição espacial dos pontos na bacia; representatividade ambiental das áreas; definição dos locais para validação. Validação em campo: Verificação da existência da nascente; observação das condições ambientais; registro fotográfico dos pontos; levantamento das coordenadas geográficas; avaliação das áreas de entorno; preenchimento da ficha de campo. Ficha de avaliação do IIAN: Instrumento usado na avaliação de campo; contém 16 parâmetros ambientais; permite padronizar a coleta de informações; facilita a comparação entre diferentes nascentes. A bacia hidrográfica do rio Gramame (PB) importante para o abastecimento da Região Metropolitana de João Pessoa; possui intensa atividade agropecuária; apresenta áreas de expansão urbana; abrange importantes cabeceiras de drenagem; importante para o abastecimento da Região Metropolitana de João Pessoa;

possui intensa atividade agropecuária; apresenta áreas de expansão urbana; abrange importantes cabeceiras de drenagem; Identificação de nascentes por geoprocessamento, aproximadamente 500 pontos potenciais identificados; distribuição concentrada em áreas de cabeceira; Seleção de 9 pontos para validação; Ponto 01 – Sem confirmação de surgência hídrica - Não foi observada surgência hídrica durante a visita de campo; a área apresentava cobertura vegetal, porém sem evidências de exfiltração de água; o resultado evidencia a necessidade da validação em campo; classificação IIAN: não avaliada (N). 7°14'31.87"S 35°06'36.19"W. Ponto 02 – Área de plantio - Local inserido em área agrícola; o uso do solo dificultou a identificação visual da nascente; possível influência das atividades agrícolas sobre a área; classificação IIAN: não avaliada (N). 7°15'37.03"S 35°06'50.79"W. Ponto 03 – Melhor condição ambiental - Nascente confirmada durante a validação em campo; boa cobertura vegetal no entorno; ausência significativa de impactos ambientais observáveis; pontuação final: 43 pontos; classificação IIAN: bom (Classe B). 7°19'39.42"S 35°07'47.79"W. Ponto 04 - Influência de atividades agrícolas - Nascente confirmada em campo; presença de atividades agrícolas próximas à área de surgência; influência do uso e ocupação do solo sobre a nascente; pontuação final: 39 pontos; classificação IIAN: ruim (Classe D). 7°23'27.87"S 35°08'38.94"W. Ponto 05 – Condição crítica - Nascente identificada durante a visita; presença de processos erosivos no entorno; influência antrópica significativa; redução da proteção natural da área; classificação IIAN: péssimo (Classe E). 7°24'00.59"S 35°06'17.10"W. Ponto 06. Área integrada. Inserida em área sob forte influência humana; presença de alterações ambientais visíveis; ocorrência de erosão e degradação do entorno; redução da cobertura vegetal protetora; classificação IIAN: Péssimo (Classe E). 7°23'58.59"S 35°06'03.04"W. Ponto 07 - nascente confirmada com elevado impacto - Elevado nível de degradação ambiental; influência de atividades agropecuárias; no entorno; baixa proteção da área de nascente; classificação IIAN: péssimo (Classe E). 7°20'44.00"S 34°58'04.12"W. Ponto 08 – Área urbanizada - ocupação urbana observada sobre a área indicada; não foi possível caracterizar adequadamente a nascente; forte influência da expansão urbana; classificação: não avaliada (N). 7°15'21.24"S 34°56'10.78"W. Ponto 09 - acesso limitado - área com vegetação presente no entorno; não foi possível acessar diretamente o local; limitação operacional durante a validação; condições ambientais observadas apenas externamente; necessidade de avaliação complementar futura; classificação: não avaliada

(N). 7°14'03.56"S 35°02'17.25"W. Resultados e discussão - aplicação do IIAN predomínio de condições ambientais classificadas como “péssimo”; apenas o ponto 3 apresentou classificação “bom”; a degradação da vegetação, erosão e influência antrópica contribuíram diretamente para redução das pontuações finais. Aplicações do IIAN na gestão ambiental - identificação de áreas prioritárias para recuperação; monitoramento ambiental de nascentes; apoio às ações de fiscalização; subsídio para planejamento ambiental; produção de diagnósticos ambientais; apoio à gestão dos recursos hídricos. Considerações finais; o geoprocessamento foi eficiente na identificação preliminar das áreas potenciais; a validação em campo mostrou-se indispensável; o IIAN permitiu diagnosticar o estado de conservação das nascentes; a maioria dos pontos apresentou condições ambientais críticas; o método pode ser aplicado em outras bacias hidrográficas; a integração SIG + IIAN fortalece a gestão ambiental. A **Sra. Ana Cristina** agradeceu pela excelente capacitação que muito veio a contribuir com o conhecimento dos presentes e acrescentou que essa capacitação teve uma lista de presença que confere certificado aos participantes.

**Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-LS**

**LISTA DE PRESENÇA**

**Assunto: 2ª Reunião Ordinária do CBH-LS do ano 2026**

**Data: 18/06/2026**

**Local: Auditório do Bloco Administrativo (Térreo) do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)** **Município: João Pessoa - PB**

| Poder Público Municipal | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº | Titular/Suplente | Instituição | Representante | Assinatura | E-mail | Município |
| 1 | T | Prefeitura Municipal de Alhandra | Edielson Nunes dos Santos | | | Alhandra |
| | S | Prefeitura Muncicipal de Pedras de Fogo | Pablo Lima Santos | | | Pedras de Fogo |
| 2 | T | Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo | Ana Claudia Ferreira da Silva | Ana Claúdia F. da Silva | ana.claudia.sf@hotmail | Cruz do Espírito Santo |
| | S | Prefeitura Municipal de Conde | Walber Farias Marques | | | Conde |
| 3 | T | Prefeitura Municipal de Pitimbu | Gilson Ferreira de Moura | | VIDORCLARINDA@gmail.com SUPLENTE | Pitimbu |
| 4 | T | Prefeitura Municipal de João Pessoa | Pedro Henrique Caetano de Flores | | | João pessoa |
| **Usuários de Água** | | | | | | |
| Nº | Titular/Suplente | Instituição | Representante | Assinatura | E-mail | Município |
| 1 | T | Agro Industrial Tabu S.A. | Arnaldo Cesar Andrade | | | Caaporã |
| | S | Agro Industrial Tabu S.A. | Elaine Mendes da Conceição da Silva | Karina Nres Y. de J.P. | Karina.alves@delmonte.com.br | |
| 2 | T | Alpargatas S/A | Isabella Rosa de Affonseca | | | Santa Rita |
| | S | Coteminas S.A. | Júlio Saraiva Torres Filho | | | João Pessoa |
| 3 | T | Ana Paula Paulino de Santana | a mesma | Ana Paula P. Santana | ana.paula.paulino@hotmail.com | Pitimbu |
| | S | Edivaldo Xavier da Silva | o mesmo | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | T | Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA | Rodrigo SérgioAmorim da Paz | | | João Pessoa |
| 5 | T | Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA | Otoniel Pedroza de Alencar | Otoniel P. Alencar | otoniel@cagepa.pb.gov.br | João pessoa |
| 6 | T | CSN Cimentos Brasil S/A | Dorgival Ferreira da Silva Neto | Deborah Moura | deborah.moura@csn.com.br | Caaporã |
| 7 | T | Elizabeth Porcelanato Ltda | Thayse Silva de Moura | | | João pessoa |
| 8 | T | Hidroenov Soluções Geológicas Ltda | Cinthya de Deus Souza | | | |
| 9 | T | Joabson Santos Nóbrega | o mesmo | | | CONDE - PB |
| 10 | T | Usina Giasa Ltda | Luciano Alberto Lins Filho | | | Pedras de Fogo |
| | S | Usina Giasa Ltda | Maria Clara Gomes da Silva | Maria Clara Gomes da Silva | maria.clara@giasa.com.br | Pedras de fogo |
| Sociedade Civil | | | | | | |
| Nº | Titular/Suplente | Instituição | Representante | Assinatura | E-mail | Município |
| 1 | T | Associação de Plantadores de Cana da Paraíba - ASPLAN | Alfredo Nogueira da Silva Neto | | | João Pessoa |
| | S | Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Mata da Chica | Genil Domingos dos Santos | | | Conde |
| 2 | T | Associação Comunitária dos Moradores Quilombolas de Mituassu | Geilsa Roberto da Paixão | Geilsa R Paixão | geilsapaixaopereira@gmail.com | Conde |
| | S | Associação da Comunidade Negra de Ipiranga | Reinaldo dos Santos Monteiro | | | Conde |
| 3 | T | Associação de Agricultores de Mata de Garabú | Washington Monteiro Cabral | Washington M. Cabral | WASHINGTONCABRAL2017@GMAIL.COM | Conde |
| | S | Associação Conde Orgânico | Daniel Warella Pitsch | | | Conde |
| 4 | T | Congregação Holística da Paraíba - Escola Olho Vivo do Tempo | Ivanildo Santana Duarte | | | João pessoa |
| | S | Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Frei Anastácio | José Carlos Ferreira de Lima | | | Conde |
| 5 | T | Cooperativa dos Produtores e da Agricultura Familiar da Paraíba - COOPAF | Josinaldo Francisco da Silva | | | Alhandra |

264

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | S | Cooperativa dos Produtores de Raízes e Tuberculos da Paraíba - INHAMECOOP-PB | Otoniel Vieira da Silva | | | Conde |
| 6 | T | Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA-PB | José Walter Borborema Arcoverde | | | João Pessoa |
| | S | Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Alhandra | Francicleide Pereira Silva Cavalcante | | | Alhandra |
| 7 | T | Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA | Izaias Romario Soares do Nascimento | Wallley Anderson C. Martins | (83) 98855-4443 | João Pessoa |
| | S | Sindicato dos Produtores Rurais de Caaporã | Dácio Martins dos Santos | | | Caaporã |
| 8 | T | Universidade Federal da Paraíba - UFPB | Ana Cristina Souza da Silva | | | João Pessoa |
| | S | Instituto ECCUS-IECCUS | Ícaro de Franca Albuquerque | | | João pessoa |
| Nº | Titular/Suplente | Instituição | Representante | Assinatura | E-mail | Município |
| Poder Público Federal | | | | | | |
| 1 | T | Fundação Nacional dos Povos Indígenas FUNAI | Nilton Almeida de Melo Júnior | | | João pessoa |
| | S | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio | Luís Wagner Ferreira Guimarães | | | João Pessoa |
| Poder Público Estadual | | | | | | |
| 1 | T | Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA | Andrea Lira Cartaxo | | | João Pessoa |
| | S | Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA | Taissa Regis dos Santos | | | João Pessoa |
| 2 | T | Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuáia e da Pesca - SEDAP | José Marinho de Lima | | 83(99975965 | João Pessoa |
| | S | Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMPAER | Agnelo Augusto de Barros Campos | | | João Pessoa |

265

Outros participantes:

1. João Pedro R. Nduwanoz
2. Diego Simão Gonçalves
3. Syene Jales Varela
4. Andreza David Montenegro
5. Arthur Hudson de Azevedo Ribeiro
6. Brenda Leandro Bondreira
7. Gabriela Gomes Ferreira da Silva
8. Letícia Raquel S. Silva
9. Andrews Bezar Chaves da Silva
10. Lucas Ubiratã nacima da Silva
11. José Kauã Lima Torres de Santana
12. João Pedro Alves de S. Rodrigues
13. Hamilcar José Almeida Filgueira
14. ISAAC SOARES DE ALMEIDA
15. Ana Laura Lopes Viana Gustado
16. Mariana gomes Pinto
17. Maria Eduarda Maia Henriques
18. Maria Helena Del Grande